

**IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR – World Association for
Public Opinion Research**

Área Temática 03 – Opinião Pública e Meios de Comunicação

*Imprensa e Poder: uma análise da ação dos jornais OESP e Folha de S. Paulo no
Golpe de 1964¹.*

Luiz Antonio Dias – Doutor em História Social (UNESP)

Professor Titular da Universidade de Santo Amaro (UNISA)

Professor Assistente Pontifícia Universidade Católica (PUCSP)

E-mail: luizhistoria@yahoo.com.br ladias@pucsp.br

Palavras Chaves: Meios de Comunicação, Jornais, Golpe de 1964, Governo Goulart.

¹ Esse trabalho é fruto de uma pesquisa realizada entre 2004 e 2006, com apoio institucional e financeiro da Universidade de Santo Amaro. Parte dessa pesquisa foi publicada em 2010. DIAS, Luiz A. - Informação e Formação: apontamentos sobre a atuação da grande imprensa paulistana no golpe de 1964. O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo.. In: Nilo Odalia; João Ricardo de Castro Caldeira. (Org.). **História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista.** 1 ed. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010, v. 3

Resumo:

Análise da atuação dos dois principais diários de São Paulo – *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* – durante o processo que levou ao golpe militar de 1964. Destaque especial para os editoriais, elementos de veiculação da opinião dos jornais e também das manchetes, pelo seu caráter impactante. Apontamentos para a compreensão da forma de atuação desses jornais, formação de uma opinião pública favorável à intervenção militar; articulações com outros elementos da sociedade civil e ligações com organismos de atuação política, como, por exemplo, o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), notoriamente vinculados aos setores golpistas da sociedade brasileira.

Introdução

A eleição presidencial de 1960 demonstrou um claro apoio eleitoral às propostas populistas. Jânio Quadros, apoiado pela UDN, obteve 48% dos votos e elegeu-se presidente. Por outro lado, mas também com um discurso populista, foi eleito João Goulart, do PTB, para a vice-presidência.

O governo Quadros começou com um programa antiinflacionário ortodoxo e inflexível, obtendo sucesso nas negociações com credores estrangeiros. Os esforços de estabilização interna repercutiram bem no exterior. Passou-se a acreditar que Jânio Quadros conseguiria reverter a situação de crise econômica.

No entanto, no aspecto político a prática populista e personalista de Jânio gerou uma sucessão de crises, inclusive com a própria UDN.

Alegando pressões e dificuldades cada vez maiores encontradas por seu governo, em 25/08/1961, Jânio Quadros renunciou à presidência, com pronta aprovação do Congresso.

Toledo (1982), ao analisar o episódio entende que a renúncia constituiria um “primeiro ato golpista”, pois Jânio acreditava que seria reconduzido ao poder através do “clamor popular”. Dessa forma, buscava condicionar sua volta ao cargo presidencial à limitação do poder do Congresso.

Porém, se Jânio errou ao prever seu retorno triunfal, acertou na previsão de que os militares tentariam impedir a posse de Goulart.

O vice-presidente, constitucionalmente eleito, João Goulart só logrou tomar posse após a “Campanha da Legalidade” (organizada pelo PTB e setores populares) e a mobilização do III Exército (RS) em seu apoio. Além disso, foi obrigado a aceitar a Emenda Constitucional que implantou o parlamentarismo. Ou seja, Goulart tomaria posse, mas teria limites para governar.

Tem início um período em que a expressão “golpe” – de direita ou esquerda – tornou-se corrente na grande imprensa e no cotidiano da população.

Desde a posse de Goulart, setores de direita já planejavam sua queda, os acontecimentos de março de 1964 – Comício pela Reformas de Base, na Guanabara; Revolta dos Sargentos; Lei de Remessa de Lucros – serviram como justificativa para a intervenção das Forças Armadas no processo político.

“Ao cultivar o choque com o Congresso, Goulart dava a impressão de que pretendia atropelar a sucessão, como fizera Getúlio Vargas em 1937. Seus adeptos mais apaixonados chegavam a falar em ‘Constituinte com Jango’ e a defender uma reforma política que lhe permitisse disputar a reeleição, vedada pela Carta de 1946”. (GASPARI, 2002, 49). Nesse trecho o autor apresenta as, supostas, tendências continuístas do presidente João Goulart. Sem sombra de dúvidas essas interpretações foram cultivadas de forma bastante produtivas pela grande imprensa. A possibilidade de um “golpe de esquerda” acabou alimentando o verdadeiro movimento golpista.

O objetivo desse trabalho foi, justamente, analisar e comparar a atuação editorial dos jornais *OESP* e *Folha de S. Paulo*, no período de outubro de 1963 – quando Goulart tentou aprovar um “Estado de Sítio” e passou a ser acusado de golpista pela imprensa - até maio de 1964, com o objetivo de compreender sua participação e influência no golpe e, também na consolidação do novo regime.

O Estado de Sítio foi pedido em 04/10/1963 e, no dia sete do mesmo mês, ao perceber que o Estado de Sítio não seria aprovado o presidente retirou o pedido. Este episódio serviu para mostrar ao presidente que ele não possuía o apoio incondicional da esquerda e mais, que qualquer deslize, no sentido de criar um estado de exceção, seria duramente criticado pela direita e pelos meios de comunicação.

A *Folha de S. Paulo* lançou várias críticas ao pedido de Estado de Sítio e não poupou o presidente nem mesmo após a retirada do pedido. “Sempre se poderia argumentar que, reconhecendo o próprio erro e procurando corrigi-lo a tempo, qualquer autoridade se engrandece. Este argumento valerá no caso atual, sem dúvida, porém, com uma ressalva. Resta saber se o presidente da República se mostrou sensível aos argumentos do bom senso (...) ou se apenas, mais

uma vez, se dobrou à vontade daqueles ajuntamentos espúrios que, tendo agitado o país até o máximo, sentiram que o estado de sítio lhes poderia ser fatal” (08/10/1963 – Editorial).

Como se pode observar, o pedido de Estado de Sítio, feito pelo presidente Goulart acabou convertendo-se em munição para a direita continuar seu ataque ao governo.

A posição do *O Estado de S. Paulo* também foi extremamente crítica à atitude de Goulart, exigindo a intervenção das Forças Armadas, “(...) com a altivez e a visão das coisas brasileiras que demonstraram em outubro de 45 e em agosto de 54” (08/10/1963, p. 03).

Buscando demonstrar que além de informar, esses dois grandes representantes da imprensa paulistana, também atuaram no sentido de formar uma opinião pública favorável à deposição de João Goulart, analisamos de forma minuciosa as manchetes, editoriais e matérias veiculadas nesse período, que de alguma forma fizessem referências ao governo Goulart – sua ligação com os comunistas, suas idéias revolucionárias ou suas, supostas, tendências continuístas.

Matérias, como as duas apresentadas abaixo (uma da *Folha* e outra do *OESP*), sobre a “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade” não podem ser consideradas neutras ou meramente “informativas”.

“Poucas vezes ter-se-á visto no Brasil tão grande multidão na rua, para exprimir em ordem um ponto de vista comum, um sentimento que é de todos, como o que ontem encheu o centro da cidade de São Paulo (...). Ali estava o povo mesmo, o povo povo, constituído pela reunião de todos os grupos que trabalham pela grandeza da pátria (...)” (FSP, 20/03/1964).

“Meio milhão de paulistanos e paulistas, manifestaram ontem em São Paulo, no nome de Deus e em prol da liberdade, seu repúdio ao comunismo e a ditadura e seu apego a lei e a democracia”. (OESP, 20/03/64).

É extremamente importante discutir os aspectos éticos dessa “ação jornalística” e a falta de críticas – ou autocrítica - aos jornais e jornalistas. De forma geral, com o processo de redemocratização muitos veículos de comunicação e seus integrantes, que apoiaram o golpe, apresentaram-se como defensores da democracia.

Além dos jornais, analisamos, ainda que forma superficial, as pesquisas realizadas pelo IBOPE em março de 1964 – que só foram divulgadas em 2004 – que mostravam um grande apoio popular às Reformas de Base, por exemplo. Essas pesquisas formam uma importante documentação histórica sobre o período e devem ser organizadas e vinculadas às análises feitas sobre 1964. Com isso poderemos questionar o, suposto, isolamento do presidente João Goulart.

Utilizamos como fontes primárias os editoriais, manchetes e matérias veiculadas pela *Folha de S. Paulo* e pelo *OESP*. Os editoriais foram a fonte privilegiada desse trabalho, isso porque no editorial fica clara a posição do jornal. Levamos em conta, porém, que o número de pessoas que lêem o editorial é muito pequeno. Entretanto esse grupo de leitores é exatamente o que se rotula de “líderes de opinião”, ou seja, pessoas que retransmitem as opiniões de forma “filtrada”.

As manchetes por sua vez atingem um público mais amplo e transmitem informações sobre o momento de forma mais simples e imediata. Dessa forma, algumas matérias e manchetes, também receberam um tratamento especial e uma análise mais aprofundada, isso devido ao seu grau de impacto, ocasionado pelo sensacionalismo.

As pesquisas de opinião feitas no período, pelo IBOPE, que não foram divulgadas no período de sua execução, mostraram-se extremamente importantes para esse debate. Essas pesquisas, inéditas, que estão sendo catalogadas pelo Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), mostravam que o apoio popular a Goulart era muito maior do que aquele divulgado pela mídia.

Foi interessante comparar as matérias sobre o suposto “repúdio popular” às reformas de Goulart com os dados colhidos pela pesquisa, que apontavam um apoio de quase 60% dos indivíduos pesquisados a essas mesmas reformas.

A questão metodológica passou por pelo menos dois eixos, quais sejam:

Em primeiro lugar a imprensa como fonte histórica. Nesse sentido buscamos contextualizar historicamente e ideologicamente a fonte para evitarmos as análises anacrônicas, buscamos “ler as entrelinhas”, buscar o “não dito”. Tivemos uma atenção especial com o que, subliminarmente, foi passado ao leitor.

O segundo ponto importante foi entender o funcionamento da “história do imaginário”, pensando-a como um conjunto de representações coletivas e, conseqüentemente, a necessidade da articulação com outros referenciais – a sociologia, a antropologia cultural, a psicanálise – para podermos decifrar os códigos, o comportamento da população e as possibilidades de manipulação da opinião pública pela mídia.

Os jornais:

Para entendermos a posição da *Folha de S. Paulo* e do *O Estado de S. Paulo*, na década de sessenta é fundamental analisarmos, mesmo que sumariamente, sua história, tradição e suas relações.

Nesse sentido é importante salientar a ação de dois órgãos que se tornaram sinônimos de conspiração nos anos sessenta: O IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Estes institutos aglutinavam vários setores reacionários de direita – políticos, militares, empresários, representantes de multinacionais e latifundiários – que eram contrários à permanência do presidente João Goulart no poder. No Rio de Janeiro, o IPES chegou a contar, em 1963, com quinhentos associados.

“O Estado-Maior do IPES consolidava duas vertentes fundamentais: oficiais da Escola Superior de Guerra que desejavam um Estado centralizado, forte e modernizador; e empresários que defendiam, em escritórios de consultoria e associações de classe, uma ordem econômica favorável à abertura ao capital estrangeiro” (MORAES, 1989, 130). O lançamento oficial do IPES, em 29/11/1961, foi muito bem recebido, de forma geral, pelos meios de comunicação, talvez porque o Instituto fosse visto como um novo canal de renda.

De fachada, o IPES, foi apresentado ao grande público como uma organização educacional preocupada em contribuir para a diminuição do analfabetismo no país e como centro de discussões acadêmicas.

Na realidade, o complexo IPES/IBAD coordenava uma ampla campanha política e ideológica contra o governo do presidente João Goulart através de *lobby* no Congresso, além de dar apoio material e financeiro às passeatas e manifestações de repúdio aos atos do governo e, principalmente, através de farta distribuição de material ideológico com conteúdo anticomunista. Segundo DREIFUSS (1981), o complexo chegou a distribuir cerca de 2.500.000 livros e cartilhas “pedagógicas”, onde eram demonstrados os perigos da “ameaça vermelha”.

O grupo IPES/IBADE mantinha estreitas ligações com os grandes meios de comunicação, especialmente com o jornal *O Estado de S. Paulo*; *Organizações Globo*; *TV Record*; *Jornal do Brasil* e, também com o grupo *Folhas*, inclusive Otávio Frias, Diretor Financeiro do grupo desde 1962 foi figura de destaque dentro do IPES (Cf. DREIFUSS, 1981, 527).

A forte oposição ao populismo e ao comunismo também marcava os dois jornais pesquisados nesse trabalho, mostrando que existia uma sincronia de valores entre eles e o IPES.

No final da década de cinquenta e início da década de sessenta a oposição da *Folha* ao populismo se radicalizou, as críticas tornaram-se mais ásperas². Nesse momento o antipopulismo passou a ter como alvo João Goulart e tornou-se sinônimo de antijanguismo. Ao mesmo tempo em

² Dentro deste contexto, o grupo *Folhas* mudou novamente de mãos e iniciou-se a quarta fase da história deste jornal. Em agosto de 1962 o jornal passou à responsabilidade de Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho.

que ocorre uma campanha velada contra Goulart, o jornal faz da luta contra o comunismo seu “cavalo de batalha” e, muitas vezes, os termos populismo e comunismo confundiram-se.

O jornal *O Estado de S. Paulo* - fundado em 1875, como *Província de S. Paulo* – nasceu com perspectivas e projetos liberais, nesse sentido o jornal sempre apresentou uma visão elitista, criticando os movimentos sociais, nem tanto pela sua essência mas, principalmente, por sua forma de ação. No entanto, o liberalismo do *Estadão* não era tão inflexível, ao menos quando lhe interessava. As intervenções militares na vida política do país raramente receberam críticas do jornal.

Nos anos trinta, *O Estado de S. Paulo* apoiou as medidas intervencionistas do governo provisório, entendendo que o momento, de grave crise econômica, exigia uma intervenção na economia. Capelato (1989, 63) demonstra que: “(...) os industriais aderiram à nova forma de intervencionismo do Estado, tornando-se opositores do liberalismo econômico. O jornal *OESP* considerou legítima e justa a ajuda aos industriais e sugeriu ao governo brasileiro que abrisse possibilidades de colocação dos produtos brasileiros no mercado internacional”.

No plano político, o jornal também aceitou a forte controle do estado a partir de 1935. “Quando foi decretada a Lei de Segurança Nacional (1935) o *OESP* considerou-a branda (...) no combate ao banditismo (comunismo) brasileiro, tudo deveria ser sacrificado” (Capelato, 1989, 121). Nesse mesmo sentido, vários liberais apoiaram a LSN e também o golpe de 1937, relegando a liberdade para segundo plano em defesa da segurança. Acreditavam que a liberdade seria recuperada em seguida, interessante notar que algo semelhante ocorreu em 1964 e, como em 1937, a liberdade ficou restrita por muito tempo.

No entanto o apoio ao Estado Novo não durou muito. No início de 1940, *O Estado de S. Paulo* foi ocupado. Júlio de Mesquita Filho só conseguiu recuperá-lo em dezembro de 1945.

Antes mesmo desse episódio o jornal já demonstrava descontentamento com o governo Vargas, com seu discurso nacionalista e populista. O confisco do jornal tornou a relação ainda mais conflituosa.

Nas páginas desse matutino, nacionalismo, populismo e comunismo tornaram-se sinônimos. Figuras como Vargas e, posteriormente, João Goulart foram responsabilizados pela propagação dessas idéias. Qualquer proposta de reforma social ou mobilização dos movimentos sociais continuou a ser vista como obra dos “comunistas”, só que dessa vez infiltrados no próprio governo.

Em editorial, de 08/02/1964, intitulado “E as Forças Armadas em tudo isso”, o jornal apresenta uma situação de caos social e preparação de um levante popular no campo. No dia seguinte o jornal continua denunciando o início do levante camponês; “(...) vamos hoje prosseguir na descrição e análise do movimento subversivo que já se acha em execução em três pontos de Goiás. Não evidentemente, porque tenhamos alguma esperança de sacudir o marasmo em que se encontram as autoridades do País diante do perigo que nos cerca por todos os lados. A bem dizer, **essas autoridades têm perfeito conhecimento de todos os fatos** que vimos relatando, e **só não interferem no sentido de pôr côbro à criminosa tentativa comunista de afogar a Nação num mar de sangue, porque elas próprias são cúmplices e coniventes nas manobras**”³

Tal como esses dois editoriais, outros no decorrer do governo Goulart acusaram-no de envolvimento com os comunistas e de estar preparando um golpe para manter-se no poder após o fim de seu mandato. Como em 1935 – quando apoiou a implantação da LSN e pavimentou o caminho para o fechamento de 1937 - *O Estado de S. Paulo* com seu discurso alarmista também preparou, desde 1961, o terreno para um golpe militar.

Nesse sentido, a pregação desses jornais e do complexo IPES/IBAD é completamente consoante, promovendo uma relação simbiótica. O complexo, através de suas ligações com os empresários da imprensa, acabava por influenciar na linha política dos jornais. Desta forma, através de notícias e editoriais “trabalhados” dirigidos contra o governo, não foi difícil criar um clima de pânico na sociedade que acabou favorecendo o golpe militar.

“Com poucas exceções, os veículos de comunicação funcionavam como correias de transmissão da maquina de propaganda ideológica anticomunista e antijanguista. Isto é, ao apresentarem o real social, atuavam nos conflitos e tomavam partido claramente (...). Os *mass media* recolhem a matéria-prima (fato) que, reprocessada sob a forma de notícia, vai tecer um real próprio, específico do código informativo e capaz de gerar efeitos de poder” (MORAES, 1989, 130).

O IPES, também, organizava e custeava organizações femininas. Dentre as mais importantes, merecem destaque a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), compostas por senhoras, desde a classe média até a alta burguesia, que viam presente no governo João Goulart o “demônio” do comunismo. O auge destes movimentos femininos se deu em 19 de março de 1964, com a famosa “Marcha”.

³ *O Estado de S. Paulo*, 09/02/64, editorial. Grifos nossos.

Seguindo os fortes ventos que sopravam para a direita, a *Folha de S. Paulo* exibiu – no dia seguinte à “Marcha” – a seguinte manchete: “São Paulo Parou ontem para defender o regime”. As matérias e o editorial colocavam o povo de São Paulo como o salvador da democracia.

Caso houvesse uma discordância significativa entre o IPES e o veículo de comunicação existia, sempre, a possibilidade de uma ação mais enérgica, exercida de maneira especial pela CAMDE, que pressionava os empresários a retirarem seus anúncios de jornais pró-Goulart. Desta forma, os jornais acabavam se tornando mais duros com o governo.

O complexo IPES/IBAD publicou uma relação de nomes do setor empresarial que anunciavam em jornais que não faziam uma oposição sistemática ao governo de João Goulart e, também, dos jornais que apoiavam candidatos populistas nas eleições legislativas de 1962. Esta relação apresentava o seguinte título: “As classes produtoras e o financiamento do comunismo”, publicada na revista *Ação Democrática* (Cf. GOLDENSTEIN, 1987).

Em todos os segmentos da sociedade brasileira foram apontados elementos infiltrados, para levar adiante a revolução bolchevique no Brasil. A imprensa de um modo geral, contribuiu para essa impressão e, sistematicamente, lançava matérias sobre a “ameaça vermelha”.

“O que é o comunismo? Como pensam e agem os comunistas? (...) ‘Uma ideologia Ameaça o Brasil’ é o título geral desta reportagem, que traz mensagem de alerta contra os **tentáculos vermelho-amarelos** agora distendidos por todo o território nacional (...)”⁴. Isto é a chamada para a matéria que seria publicada no dia seguinte pela *Folha de S. Paulo*, matéria de duas páginas em um domingo, dia em que costumeiramente se lê mais jornal.

“(...) são pois fundados os temores de que a alfabetização, de que agora cuida o ministério, seja usada não para o nobre fim que aparentemente se propõe, mas com o objetivo de incutir a semente comunizante em milhares de nossos patrícios. O método Paulo Freire, que vem sendo empregado, presta-se aliás de forma excelente para isso”⁵.

Matérias como estas demonstram que a *Folha de S. Paulo* não teve grandes problemas com o complexo IPES/IBAD ou com os anunciantes.

Situação semelhante viveu *O Estado de S. Paulo*, que historicamente se posicionou contra o populismo e contra o comunismo. “Coerente com seu passado centenário de franco engajamento na defesa dos seus ideais liberais, OESP foi partícipe decisivo nos acontecimentos dos anos 1963-1965. identificado ideologicamente com setores do empresariado e das Forças Armadas

⁴ *Folha de S. Paulo*, 20/07/63, primeira página. Grifos nossos. A matéria intitulada “Uma ideologia ameaça o Brasil” foi publicada em 21/07/63, pp.10-11, demonstrando o perigo de uma revolução comunista no Brasil.

⁵ *Folha de S. Paulo*, 10/01/64, editorial.

vinculadas ao capital internacional, o jornal era incansável crítico de todas as medidas governamentais que ferissem aquilo que ele compreendia por liberalismo econômico e, da liberdade de investimentos” (Figueiredo, 2001, 27).

Na realidade até mais do que isso, pródigo na re-elaboração da realidade - apresentada através de suas páginas - o *Estadão* fomentou o medo do avanço do comunismo sobre o Brasil, envolvendo amplos setores da sociedade civil e assustando, também, lideranças dentro das Forças Armadas.

A educação também teve destaque nas páginas do *Estadão*, em editorial de 11/03/64 criticava as medidas educacionais e também o discurso de Goulart, proferido na UnB. “Na oração que proferiu na Universidade do Brasil, a nota predominante foi a da liberação de verbas (...). Noutro passo desse discurso, diz também o sr. Goulart (...) ‘Nunca, em tempo algum, investiu-se tanto em educação no Brasil.’ Se o presidente da República entende por investimentos na educação as verbas canalizadas, até hoje, pelo Ministério da Educação e Cultura, para a impressão de folhetos comunistas, para a tendenciosa deturpação de fatos da História Nacional (...) então talvez S. Exa. ande acertando (...)”.

Outras críticas, feitas pelos dois jornais, foram dirigidas à tolerância do governo frente aos atos de indisciplina, dentro das Forças Armadas, principalmente no tocante à questão da inelegibilidade dos sargentos. “Mais uma vez a ordeira e trabalhadora população deste país é colhida pela sombria notícia de um levante contra o poder constituído. Grupos de militares, cujas armas deveriam servir exclusivamente para a defesa das instituições (...) se voltam (...) contra uma decisão da mais alta corte do país⁶.” “República Socialista, meta dos sargentos⁷.”

Para aparentar imparcialidade a *Folha* valia-se de editoriais e matérias onde os ataques ficavam implícitos, feitos de forma sutil, sempre procurando um apoio constitucional ou moral. Esse jornal, em quase todos os períodos de sua história teve um aspecto bastante indefinido no que tange à sua posição política. Com exceção de sua inegável característica de “defensora” das classes médias, a *Folha*, sempre tentou esperar definições da situação política para depois assumir uma postura.

“Jogando sempre dos dois lados no campo político, nos marcos do capitalismo, e na medida de suas possibilidades, diversificando a linha de produtos, mesmo com desacertos do ponto de vista da segmentação, o grupo (*Folhas*) consolidou seu Império. Para qualquer tendência de mercado e da política que se esboçasse, ele tinha um produto pronto para ser ativado. Nos

⁶ *Folha de S. Paulo*, 13/09/63, editorial.

⁷ *Idem*, 18/09/63, 1º caderno, p. 03. Matéria com grande destaque, acerca das reivindicações dos sargentos.

momentos de opacidade apostava nos dois lados. Quando a nitidez aumentava, investia no lado mais forte. Tinha montado um aparato para seguir os ventos e tirar proveito deles, qualquer que fosse a sua direção” (GOLDENSTEIN, 1986, 258).

Esta análise já demonstra um indício de que a *Folha de S. Paulo* levaria somente até certo ponto seu notório “legalismo”. Com o fortalecimento das forças golpistas, esse legalismo, foi sendo substituído pelo discurso da “defesa da ordem”.

Dessa forma, fica claro que as posições desses dois jornais não entravam em choque com os interesses do complexo IPES/IBAD, na realidade existia uma grande convergência de idéias e propostas.

O apoio ao golpe militar de 1964 rendeu um grande crescimento econômico à *Folha* no período pós-golpe. Recompensa oferecida pelos segmentos reacionários da sociedade.

Ao *Estadão* coube pensar um novo projeto para o país através da intervenção das Forças Armadas e posteriormente da eleição de Lacerda – projeto equivocado, pois os militares acabariam ficando no poder por mais tempo do que o previsto, inviabilizando a eleição (dada como certa pelo jornal) em 1965 de Carlos Lacerda. Apesar disso, o jornal participou diretamente na elaboração da nova ordem. Segundo Gaspari (Cf. 2002, 122) veio do jornalista Júlio de Mesquita Filho a proposta de reforma, que se tornou o primeiro Ato Institucional, sugerindo, dentre outras medidas, a dissolução do Senado e da Câmara e anulação de mandatos de governadores e prefeitos.

Nessa proposta fica clara a intenção do jornal em iniciar uma nova fase política, sem os “vícios” produzidos pela anterior. Os expurgos seriam fundamentais para “limpar o terreno” onde seria construída uma nova ordem.

“Em suma, os representantes do *OESP* viam na ‘Revolução de 1964’ a possibilidade de efetivação do seu projeto político-econômico. Perseguido e adiado havia décadas – pelo menos desde o final dos anos vinte – no início da década de sessenta o *OESP* vislumbrou a possibilidade, já muito acalentada, de levar à presidência um candidato cujo perfil tivesse sido delineado nas redações do ‘Bravo Matutino’” (FIGUEIREDO, 2001, 1810).

De fato, é evidente que o jornal vislumbrou nesse momento a possibilidade de finalmente implantar seu projeto – comum a um grupo significativo da sociedade brasileira - no entanto, mais uma vez foi frustrado. Quando o jornal percebeu que seu projeto seria, novamente, adiado passou a fazer oposição ao governo militar.

O Golpe

Com a vitória do presidencialismo, no plebiscito de 1963, João Goulart deveria mostrar que realmente era merecedor de seus novos poderes.

As greves constantes e a ameaça golpista levaram João Goulart a formular um pedido de Estado de Sítio em outubro de 1963, pedido este que, paradoxalmente, foi criticado tanto pela esquerda quanto pela direita. A esquerda temia que o Estado de Sítio se transformasse em um instrumento de repressão aos movimentos populares; e a direita via no pedido de Estado de Sítio o prenúncio de um golpe político, a exemplo de Getúlio Vargas em 1937, a ser dado por João Goulart.

João Goulart ao pedir a decretação do Estado de Sítio objetivava conseguir armas para enfrentar seus opositores, principalmente Carlos Lacerda. Caso conseguisse o Estado de Sítio o governo federal poderia intervir na Guanabara. Por outro lado existia, também, a possibilidade de intervir em Pernambuco, do governador Miguel Arraes. Goulart pretendia neutralizar os ataques da direita vindos do governador Lacerda e, por outro lado, impedir os avanços radicais da esquerda, representados por Arraes e pelas Ligas Camponesas de Francisco Julião.

O Estado de Sítio foi pedido em 04/10/1963 – como já apresentamos- logo em seguida o pedido foi retirado.

Durante o mês de novembro de 1963, a *Folha* convocou, através de vários editoriais⁸, os parlamentares a manterem o Congresso Nacional em atividade durante o recesso parlamentar, para evitar que o Estado de Sítio fosse decretado neste período. Este receio tinha por base as informações do deputado federal Anísio Rocha (PSD-GO), veiculadas pela *Folha de S. Paulo* na matéria intitulada “J. G. Decretará Sítio e dará golpe no recesso da Câmara⁹.”

Como se pode observar, o pedido de Estado de Sítio, feito pelo presidente Goulart acabou convertendo-se em munição para a direita continuar seu ataque ao governo.

A posição do *O Estado de S. Paulo* foi mais radical, exigindo a intervenção dos militares, “(...) com a altivez e a visão das coisas brasileiras que demonstraram em outubro de 45 e em agosto de 54”¹⁰. Apesar do espírito liberal, o *Estadão*, novamente exige uma intervenção militar no processo. Posteriormente, essa exigência tornou-se cada vez mais comum e intimidatória.

“O golpismo explícito de OESP teve três momentos de apogeu. O primeiro quando do levante dos sargentos em Brasília, em setembro de 1963. O segundo, poucas semanas depois,

⁸ Cf. *Folha de S. Paulo*, 10/11/63, 19/11/63 e 10/12/63. Estes editoriais afirmam ser necessário a convocação do Congresso Nacional em caráter extraordinário para manter a ordem democrática do país.

⁹ *Folha de S. Paulo*, 09/11/63, 1º Caderno, p. 05, matéria com grande destaque.

¹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 08/10/63, editorial.

quando João Goulart pediu licença para o Congresso para poder decretar ‘estado de sítio’. E, finalmente, a terceira se deu nas semanas que antecederam a deposição do governo” (Figueiredo, 2001, 124).

Interessante notar que nesses três momentos o jornal exige a intervenção militar como forma, única, de garantir as liberdades e garantias constitucionais. Ao, suposto, golpe do presidente Goulart, o jornal defende um “contragolpe” das Forças Armadas, amparadas pela sociedade civil.

O governo Goulart iniciou, desta forma, o ano de 1964 na mira dos movimentos reacionários. O fantasma do comunismo continuava crescendo e, conseqüentemente, as críticas ao governo também. “Nos últimos tempos, o fenômeno (do comunismo) se agravou. Alguns ministros da Educação tentaram fazer da mocidade estudantil uma brigada a serviço do comunismo (...). chegaram mesmo a preconizar a união de estudantes, sargentos e suboficiais e camponeses para implantar no Brasil as reformas de que muito se tem falado ultimamente (...) ¹¹.” “(...) É que tem sido, durante os dois últimos anos de gestão do presidente João Goulart, estimulador incontestado dos movimentos grevistas a ponto de criar um clima que lhe favorece a deflagração mesmo quando ela não interessa à União¹².”

O Estado de S. Paulo, também, critica ferozmente as greves e, principalmente, o apoio dado por Goulart a esses movimentos. “Em Pernambuco estabeleceu-se um espantoso caos. A cidade de Recife encontra-se praticamente ocupada por elementos de procedência suspeita, ostensivamente armados (...) **Assim perguntamos ate onde vão as coisas? E até quando permanecerá de braços cruzados o Exército?** (...) Do Congresso Nacional não é de esperar a solução, que no caso seria o impeachment. E a conclusão a tirar de tudo isso é que ambas (...) se resignaram a colocar acima dos direitos do povo brasileiro o seu temor em assumir a responsabilidade que o momento histórico lhes dita” ¹³.

O jornal culpa o presidente Goulart pela greve geral e pelos choques. Novamente destaca-se o apelo do jornal às Forças Armadas que serviu, em certa medida, para legitimar a intervenção militar.

Aliás, o jornal não só convocava a ação dos militares como, também, já vinha conspirando com eles desde o início do governo Goulart, como mostram as palavras de Ruy Mesquita: “Militares de segundo escalão nos procuravam, aqui em São Paulo. Dois anos antes do

¹¹ *Folha de S. Paulo*, 12/01/64, editorial.

¹² *Folha de S. Paulo*, 18/01/64, editorial.

¹³ *O Estado de S. Paulo*, 05/03/64, editorial. Grifos nossos.

desfecho (golpe de 1964). (...) Eles traziam informações do serviço secreto do Exército (...) o Jango vai dar um golpe, que vai destruir as instituições democráticas no País”¹⁴.

Segundo Mesquita, o seu grupo civil reunia-se semanalmente com cerca de cinquenta militares para discutir como resistir ao “golpe continuísta” de Goulart.

Em fevereiro de 1964 começam a ser detectadas pela *Folha de S. Paulo* essas intenções “continuístas” de Goulart. Segundo o jornal, o presidente da República estava dando sinais de que queria fazer uma revisão constitucional para poder permanecer no poder, através de sua reeleição em 1965. “tem bases inteiramente falsas e até impatrióticas o movimento a que determinados setores da esquerda, ligados ao Sr. João Goulart, vêm procurando dar consistência nos últimos dias: o de que a reeleição do atual presidente, em 1965, representa uma ‘solução’ para os problemas eleitorais das forças que a si se intitulam populistas progressistas (...)”¹⁵.”

Este editorial segue afirmando que caso João Goulart não desestimule o “queremismo”, as instituições correriam sérios riscos. Em outro editorial a *Folha de S. Paulo* afirma que: “(...) é bem possível que, o plebiscito se destine a perguntar se o Sr. João Goulart deve ou não permanecer no poder ao término de seu mandato¹⁶.” O plebiscito citado no editorial diz respeito à intenção do presidente João Goulart em realizar um referendo popular acerca das reformas de base. A *Folha*, de forma irônica, suscita a hipótese de que o presidente estaria tentando testar sua popularidade. Além destes, vários outros editoriais e matérias se posicionaram contra a pretensa vontade de Goulart tentar a reeleição.

O Estado de S. Paulo vai além e sustenta que essa tentativa de manter-se no poder estava sendo apoiada pelos soviéticos. O editorial de 08/03/64 (*A embaixada Russa e a Revolução*) afirma que o embaixador soviético e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, vinham mantendo encontros para elaborar projetos nesse sentido.

Interessante e importante observar, no entanto, que a análise de pessoas próximas ao presidente garante que ele não pensava em candidatar-se em 1965, inclusive o próprio Gaspari (cf. 2002, 46) dá a entender que Goulart apresentava uma profunda fraqueza - política e pessoal - dessa forma, estranha-se tamanha manobra para possibilitar sua reeleição.

Simultaneamente às críticas à pretensão continuísta de Goulart, a *Folha* tece críticas ao comício pelas Reformas de Base, marcado para treze de março de 1964, na Guanabara,

¹⁴ Entrevista de Ruy de Mesquita, diretor da empresa *O Estado de S. Paulo* concedida a José Álvaro Moisés, in *Revista Lua Nova*, vol. 1, n° 2, 1984, p. 27-8..

¹⁵ *Folha de S. Paulo*, 10/03/64, editorial.

¹⁶ *Idem*, 20/02/64, editorial.

pelos setores de esquerda, afirmando que este comício foi organizado por extremistas que tentam subverter a ordem¹⁷ e, como via de regra, liga o presidente aos radicais.

“Resultaram vãos todos os apelos dirigidos ao presidente da República para que usasse de sua influência sobre os promotores do comício (...) no sentido de cancelar a reunião (...). surdo ao bom senso, preferiu o Sr. João Goulart prestigiar uma iniciativa vista com justificada apreensão por toda a opinião pública nacional (...) espetáculo (comício) que lembra as maciças concentrações populares organizadas para sustentar ditadores ou aspirantes a tal¹⁸.”

“O comício de ontem, se não foi um comício de pré-ditadura, terá sido um comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio Sr. João Goulart. Resta saber se as Forças Armadas, peça fundamental para qualquer mudança deste tipo, preferirão ficar com o Sr. João Goulart, traíndo a Constituição, a pátria e as instituições. Por sua tradição, elas não haverão de permitir essa burla¹⁹.”

Este editorial é fundamental para observarmos o aprofundamento da crise e das críticas ao governo Goulart. A *Folha de S. Paulo*, que até então, conclamava o Congresso a fim de lutar contra as atitudes extremistas e continuístas do presidente João Goulart passa a instigar, também, as Forças Armadas na tentativa de pressionar o presidente.

O Estadão, também exige um posicionamento das Forças Armadas nesse episódio. O editorial “O presidente fora da lei”, de 13/03/64, acusa o presidente de desrespeitar a lei e alega que isso é apenas o início: “A SUPRA tornar-se-á um fato, e à sua promulgação em praça pública pretende o presidente da República conferir as honras do começo de uma nova era, de uma era em que s. exa. passará a governar à revelia do Congresso e à força de decretos-leis. É, evidentemente, a última etapa do movimento subversivo que, já agora, não há dúvidas nenhuma, é chefiado sem disfarces pelo homem de São Borja. E é também o momento das Forças Armadas definirem, finalmente, a sua atitude ambígua ante a sistemática destruição do regime pelo sr. João Goulart, apoiado nos comunistas”. Novamente, o jornal cobra medidas enérgicas das Forças Armadas. Nos dias seguintes, o jornal continuou acusando o governo de promover a desordem e a baderna na Guanabara, além disso, criticava constantemente as Reformas de Base alegando que o “povo ordeiro” não apoiava tais medidas.

¹⁷ Cf. *Folha de S. Paulo*, 07/03/64, editorial.

¹⁸ *Folha de S. Paulo*, 13/03/64, editorial.

¹⁹ *Idem*, 14/03/64, editorial.

É importante apresentar, nesse momento, pesquisa do IBOPE²⁰ realizada em março de 1964 mostrando um amplo apoio popular às reformas. Em São Paulo, por exemplo, 66% dos entrevistados consideravam necessária a reforma agrária. No Rio de Janeiro, onde ocorreu o comício, esse apoio chegou a 82%. Isso mostra que as críticas, apresentadas pelos jornais como “opinião pública”, representavam a opinião de uma pequena parte da população

Para a *Folha de S. Paulo* o discurso governamental, sobre as reformas, era apenas usado para encobrir a incapacidade administrativa do governo. “Temos presenciado muitas propostas de reforma que não passam de bombásticos discursos ou irresponsáveis plataformas concebidas para encher os olhos com fáceis promessas, porém, totalmente divorciadas das necessidades do meio”²¹. Em outras matérias ocorria em alarmismo generalizado, como por exemplo: “Camponeses Armados Tomam Engenho em Pernambuco”²², “Arraes: Reformas Virão Por Bem Ou Por Mal”²³.

Se por um lado a esquerda se mobilizou em favor das reformas, por outro lado setores da classe média e da burguesia saíram às ruas para pedir o impedimento do presidente. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” foi uma resposta ao comício da Guanabara.

Sobre a “Marcha”, a *Folha* apresentou a seguinte manchete: “São Paulo parou ontem para defender o regime”. Apesar de não contar com grande participação popular, o jornal destacou o contrário, como bem demonstra em editorial: “Poucas vezes ter-se-á visto no Brasil tão grande multidão na rua, para exprimir em ordem um ponto de vista comum, um sentimento que é de todos, como o que encheu ontem o centro da cidade de São Paulo, na ‘Marcha da Família com Deus, pela Liberdade’. Ali estava o povo mesmo, o povo povo, constituído pela reunião de todos os grupos que trabalham pela grandeza da pátria (...)”²⁴.

Este editorial segue afirmando - a exemplo do que o *Estadão* já havia estampando em suas páginas - que a manifestação se juntou espontaneamente, sem a necessidade de agitadores e “batedores de palmas”, numa clara alusão ao comício da Guanabara. Essa manifestação e a

²⁰ IBOPE – PESQUISAS ESPECIAIS 1964 VOL. 2. “Resultados comparados da pesquisa de opinião pública realizada nas cidades de Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre”. Realizada entre 09 e 26/03/1964.

Essa pesquisa não foi divulgada em 1964, talvez para não mostrar o apoio popular que Goulart tinha. Atualmente encontra-se arquivada no Arquivo Edgard Leuenroth - Centro de Pesquisa e Documentação Social, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

²¹ *Folha de S. Paulo*, 02/01/64, editorial.

²² Idem, 11/07/63, manchete.

²³ Idem, 23/09/63, 1º caderno, p. 05. Matéria com grande destaque. Arraes aponta a revolução no país como uma alternativa quando todas as outras não surtirem efeito.

²⁴ Idem, 20/03/64, editorial.

cobertura dada pela imprensa demonstram que o enfrentamento, entre esquerda e direita, estava chegando ao seu clímax.

“Multidão desta vez composta de brasileiros profundamente conscientes de seus deveres e obrigações.”²⁵ Nesse editorial, *O Estado de S. Paulo* buscou resgatar a memória de 1930 e 1932, “da luta contra os caudilhos e a ditadura”, mostrando que o povo de São Paulo saberia lutar bravamente para garantir a Constituição de 1946 que estaria, segundo o jornal, em risco. Afirmava que o povo tomou a praça, mesmo Goulart não acreditando que a praça era do povo.

No dia seguinte, o jornal foi, ainda mais, enfático, afirmando que “(...) jamais consideramos tão longínqua como hoje a hipótese de uma solução pacífica para o conflito”. Esse conflito dar-se-ia entre as “forças democráticas paulistas” e o “autoritarismo caudilhesco” de Goulart. De fato, a crise acirrou-se ainda mais e levou ao violento choque – que o jornal já tomava como inevitável – entre os setores reacionários (e não democráticos) e o governo Goulart.

Novamente é interessante apresentar alguns números da pesquisa realizada pelo IBOPE. Quando interrogados se João Goulart também pudesse candidatar-se à presidência, em 1965, os eleitores mostraram apoio ao presidente: em São Paulo 40% e no Rio de Janeiro 60% votariam em Goulart. Cabe destacar que nas outras simulações, sem Goulart, o melhor índice obtido por um candidato em São Paulo foi 40,1% e no Rio de Janeiro 39,4% por Juscelino Kubitschek.

Isso mostra um grande apoio popular ao presidente Goulart, principalmente, quando observamos que, em São Paulo, esse índice chegava a 56% entre os mais pobres. Além disso, esses números representam tendência de voto e não aprovação do governo, que provavelmente seria ainda maior.

A Revolta dos Marinheiros em 26/03/64, que muitas vezes é apontada como a causa do golpe de 1964, nada mais foi do que a “gota d’água” de um movimento golpista que já vinha caminhando a passos largos.

Com relação à Revolta dos Marinheiros, mais uma vez, a *Folha de S. Paulo* se colocou ao lado da “ordem”, criticando primeiro o movimento e em seguida lançando ataques à solução dada pelo presidente ao incidente. “A solução dada pelo presidente da República à crise da Marinha de Guerra tem todas as características de uma capitulação. A indisciplina saiu vitoriosa, e aos indisciplinados só falta conceder medalha de honra ao mérito²⁶.”

Os editoriais do *Estadão* também foram enfáticos na defesa da ordem e atribuíam esse caos aos “planos comunistas” para o enfraquecimento das Forças Armadas: “Jamais, na nossa

²⁵ *O Estado de S. Paulo*, 21/03/64 “O paulista e a Nação em perigo” editorial.

²⁶ *Folha de S. Paulo*, 29/03/64, editorial.

história, houve um momento que de algum modo se comparasse àquele que a insânia governamental nos preparou. (...) Tão violento e tão inesperado foi o golpe traiçoeiro com que o Palácio da Alvorada feriu o que a Nação tinha de mais sensível e mais íntimo, que muitos poucos são aqueles que, até este momento, possam avaliar na sua justa medida o desastre que acaba de atingir a terra brasileira. (...) **tudo se passou como se uma força superior que vem presidindo e dirigindo ao desenvolvimento do sinistro plano com que pretende destruir pela base a estrutura social da Nação, aquela mesma força que determinou a implantação da anarquia nas nossas Forças do Ar, houvesse deliberado a ocorrência de indisciplina semelhante na mais bela e nobre das Armas brasileiras**”²⁷.

A força superior a qual se refere o jornal eram os comunistas que, segundo o jornal, abertamente conspiravam contra a ordem no Brasil.

Na noite do dia 30 de março o presidente compareceu ao Automóvel Clube, da Guanabara, para comemoração do 40º aniversário da fundação da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar. Nesta solenidade Goulart, proferiu o seu discurso mais radical. Era praticamente o mesmo do comício do dia treze, porém, mais violento contra seus opositores e mais radical nas suas propostas de reformas, além, de defender o direito dos sargentos se manifestarem.

Após o discurso os meios de comunicação se levantaram novamente contra o presidente. “Se infeliz foi o comício do dia 13 de março (...) mais infeliz ainda foi a manifestação presidencial de anteontem, em que o sr. João Goulart parece haver desejado lançar um desafio a toda a oficialidade das corporações militares”²⁸.

O discurso do presidente João Goulart acabou sendo a senha para o início do golpe militar. Na madrugada de 31 de março de 1964, o General Mourão Filho, comandante da V Região Militar sediada em Minas Gerais, movimentou sua tropa em direção ao Rio de Janeiro. Estava deflagrado o golpe militar, que sem a resistência do presidente João Goulart e dos setores de esquerda, conseguiu uma vitória relativamente fácil com a adesão do II Exército (sediado em São Paulo) e do I Exército (sediado no Rio de Janeiro).

No dia 31/03/63 circulou um suplemento especial da *Folha de S. Paulo* intitulado “64 – O BRASIL CONTINUA”. Esse material, repleto de anúncios de grandes empresas, mostrava

²⁷ *O Estado de S. Paulo*, 29/03/64 “Depois da FAB a Marinha” editorial comparando a insubordinação na Marinha “baderna do mais baixo escalão da marinhagem” à revolta de 09/63 em Brasília na Aeronáutica apoiada pelo presidente. Grifos nossos.

²⁸ *Folha de S. Paulo*, 01/04/64, editorial

que o Brasil cresceria em 1964, que seria um novo tempo. É interessante observar que a elaboração deste suplemento ocorreu antes do início do golpe militar. Além disso, suplementos como este - lançando previsões - normalmente circulam no início do ano. Ao elaborar tal suplemento em março, parece-nos que a *Folha de S. Paulo* já sabia de um golpe militar que ocorreria em breve.

No dia seguinte ao golpe a *Folha* afirmou que Goulart governou com os comunistas, tentou eliminar o Congresso atacando a Constituição e, desta forma, a intervenção militar foi justa. “São claros os termos do manifesto do comandante do II Exército. Não houve rebelião contra a lei. Na verdade, as Forças Armadas destinam-se a proteger a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem (...)”²⁹.

Um presidente eleito pelo povo e derrubado pelas Forças Armadas, nisto a *Folha de S. Paulo* entende como “defesa da lei”. O sensacionalismo tomou as páginas do jornal. A matéria intitulada “Democracia: um ideal” exibia a foto de um grupo de jovens soldados do II Exército se alimentando, antes de partir em direção à Guanabara, abaixo, a frase: “Sorrisos joviais marcam a última ‘bóia’ antes do embarque. Agora vão combater em nome da democracia”³⁰.

Para a *Folha de S. Paulo*, o fim do governo Goulart marcava o início de uma nova era; com o fim das Repúblicas Populistas, o liberalismo político e econômico poderia se fortalecer. “(...) olhemos o futuro com olhos otimistas e digamos com inteira convicção a frase que serviu de título ao suplemento que, quase se diria uma espécie de premonição, publicamos juntamente com nossa edição do dia 31 do mês passado. O BRASIL CONTINUA”³¹.

O Estado de S. Paulo, por sua vez, afirmava³² que 1964, e não 1945, marcou o fim da ditadura no Brasil. Novamente o jornal buscava raízes históricas na defesa dos ideais democráticos, seus e dos paulistas. “Em face das imensas proporções que assumiriam a manifestação de São Paulo no último dia 19, dizíamos nós (...) que ‘nos semblantes dos homens e das mulheres (...) refletia-se a determinação que os arrancavam de seus lares e de suas ocupações para virem aquelas ruas. Não vociferavam, não se lhes ouvia ulular das multidões em delírio. Mas sentia-se a força indomável que os unia e os transformava em uma vontade só. Ali sim: ali se manifestava a vontade soberana da Nação. (...) (essa voz) pretendia significar ao presidente da República a disposição de defender a sua liberdade com a heróica decisão com que os paulistas defenderam, há 32 anos, o território sagrado de São Paulo contra a soldadesca de Getúlio. E nós não

²⁹ *Folha de S. Paulo*, 02/04/64, editorial.

³⁰ *Idem*, 02/04/64. 1º caderno, p. 06

³¹ *Idem*, 03/04/64, editorial.

³² *O Estado de S. Paulo*, 02/04/64, editorial.

nos enganávamos. Doze dias depois daqueles acontecimentos (...) e eis que aqueles mesmos que decididamente desfilarão em direção à praça da Sé acorrem em chamado das altas autoridades estaduais para, em torno deles se exporem ao último sacrifício em defesa da lei e do regime.”³³

O *Estadão*, a exemplo da *Folha*, também percebe na deposição do presidente eleito a “defesa da lei e do regime”.

Com a subida de Castello Branco ao poder, a *Folha de S. Paulo* não poupou elogios ao novo presidente. “A nação ouviu ontem do presidente da República, na solenidade de sua posse, as palavras que desejava ouvir (...). É com satisfação que registramos ter seu discurso de posse reafirmado todas as nossas expectativas e revigorado a nossa esperança de que uma nova fase realmente se descerrou para o Brasil³⁴”.

Um dos editoriais que mais nos chamou à atenção foi o intitulado “O sacrifício necessário”: “Nossas palavras dirigem-se hoje, de maneira muito especial, a todos aqueles que entendem (...) que para a redenção da pátria se torna preciso dar mais do que trabalho de todos os dias e a confiança (...). Dirigem-se aos que se acham dispostos ao **sacrifício de interesses, de bens, de direitos**, para que a nação ressurgja quanto antes, plenamente democratizada”³⁵. É interessante observar a mudança no discurso editorial da *Folha*. Durante o governo Goulart, o jornal atacava o presidente, que supostamente era uma ameaça aos direitos legais. Após o golpe militar, o jornal, passou a defender a necessidade de suprimir direitos constitucionais.

Desta forma, o mês de março, que costumeiramente, marca o fim do verão e o início do outono, em 1964 marcou o fim da “primavera” dos movimentos populares e o início do “inverno” frio e duro, caracterizado pela ditadura militar, que se prolongou por vinte longos anos.

Considerações finais:

Diante de tudo que foi apresentado podemos concluir que o golpe de 1964 foi muito bem recebido pela *Folha*. O *OESP*, também, comemorou ao lado dos vencedores e, mais, com a vitória dos golpistas, contribuiu com propostas para a nova ordem: “Uma terceira proposta vinha do jornalista Júlio de Mesquita Filho (...) foi a primeira a chamar-se Ato Institucional. Sugeria a dissolução do Senado, Câmara e assembleias legislativas, anulava o mandato dos governadores e

³³ Idem, 01/04/64, editorial “S. Paulo repete 32”.

³⁴ *Folha de S. Paulo*, 16/04/64, “O presidente de todos”, editorial.

³⁵ Idem, 24/04/64, editorial, grifos nossos.

prefeitos, suspendia o habeas corpus e pressupunha que seria o primeiro de uma série.” (GASPARI, 2002, 122). Interessante notar, que o Ato Institucional I, de 09/04/1964, efetivou grande parte destas sugestões, em especial, a autorização para a suspensão e cassação de políticos³⁶.

Se a posição do *Estadão* ficou bastante clara, ou seja, o jornal conspirou efetivamente e abertamente contra o governo Goulart, por outro lado, a *Folha* aparentemente apenas “trabalhou” jornalisticamente contra o presidente João Goulart. No entanto, acreditamos que este “trabalho” jornalístico - de lançar matérias deturpadas e editoriais tendenciosos - teve tanta importância quanto as reuniões de Júlio de Mesquita Filho com os militares golpistas.

A *Folha de S. Paulo*, segundo Otávio Frias Filho, tentou trilhar, durante o regime militar, um caminho de neutralidade e imparcialidade. “Durante os anos 60, e até o começo dos anos 70, a *Folha* - com alguns períodos de exceção – se manteve numa posição bastante fria com vista à política, era um jornal bastante omissivo que, na maior parte do tempo, se limitava a noticiar os fatos e não emitir opiniões³⁷.”

Porém, esta imparcialidade é algo que não existe na prática diária de confecção do jornal, ou seja, mesmo que apenas se narre o fato ocorrido, esta narração carrega intrínseca uma posição, um ponto de vista que dificilmente será neutro. O que podemos perceber através da análise dos jornais é que ambos posicionaram-se de acordo com seus compromissos - éticos, ideológicos, políticos ou econômicos – contra o governo Goulart.

O pretenso continuísmo do presidente João Goulart foi duramente criticado pelos jornais, porém, quando o mandato do presidente Castello Branco foi prorrogado a *Folha* não foi tão crítica. “(...) está em boas mãos a presidência da República e assim a prorrogação do atual mandato presidencial, por si mesma, não pode ser considerada um mal³⁸.”

Neste mesmo editorial, afirma que “não tem o tabu da intocabilidade da Constituição”. Ora, durante todo o período do governo Goulart este mesmo jornal foi um ferrenho defensor da "intocabilidade" da Constituição. A cada boato de reforma constitucional a *Folha* desferia violentos ataques ao presidente João Goulart, que segundo sua ótica, não respeitava a Constituição.

“Do ponto de vista da orientação política, a *Folha de S. Paulo* apoiou o golpe de 1964, como quase toda a grande imprensa (...). Deu cobertura às manifestações estudantis de 1968,

³⁶ Através do AI nº 1 foram cassados 378 políticos; 10 mil funcionários foram demitidos; os três últimos presidentes da República – Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart – tiveram seus direitos políticos suspensos.

³⁷ Entrevista de Otávio Frias Filho, atual diretor da *Folha de S. Paulo*, in *Revista Lua Nova*, volume 1, nº 2, jul/set., 1984, 33.

³⁸ *Folha de S. Paulo*, 18/07/64, editorial.

apoiando-as discretamente enquanto não surgiu a luta armada. Seus editoriais, no entanto, eram extremamente ‘inócuos e anódinos’ e foram suspensos com a escalada da censura. O jornal fez auto-censura (...).” (GOLDENSTEIN, 1986, 246).

Realmente, no que tange à censura, a *Folha de S. Paulo* não esboçou grandes reações, não criou muitos problemas. O jornal *O Estado de S. Paulo*, apesar de ter participado efetivamente do golpe militar, teve um censor na sua redação³⁹ e acabou por instituir uma espécie de resistência velada, ao publicar na primeira página poemas e receitas culinárias.

Existem dois tipos de veículos de comunicação de massas: os de opinião e os de informação. O primeiro grupo tenta influenciar o público e neste processo dinâmico acaba por perder uma parte desse público, que não aceita um veículo tendencioso, por outro lado, este veículo também ganha público justamente por não ser omissivo.

Os do segundo grupo, de informação, são aqueles que pretendem ser neutros e imparciais, mas na realidade não o são. Estes veículos acabam passando suas posições e opiniões de uma forma dissimulada ao público (Cf. BORIN, 1987, 60).

A *Folha* se enquadraria perfeitamente no segundo grupo, ela se auto-intitulava “um jornal informativo”, ao passo que o *Estadão*, por exemplo, podia ser considerado como um jornal de opinião, de participação e nunca fez questão de esconder esta característica. É justamente por isso que a posição do “Estadão” ficava mais clara, porém, na realidade os dois jornais opinavam, participando desta forma dos processos de transformação da sociedade de um modo efetivo.

Posteriormente, com o endurecimento do regime militar, esses jornais passaram a esboçar uma crescente oposição ao governo, questionando a sua legitimidade. Também neste período a *Folha* aliou-se a outros segmentos da sociedade civil na luta pela redemocratização do país, pelos direitos humanos e pela liberdade de imprensa.

O discurso liberal da *Folha*, porém, esbarrava em sua própria prática de aceitar e até mesmo apoiar golpes militares e, portanto, deve ser vista com certas ressalvas. Parece-nos que o que realmente interessava ao jornal era o lucro acima de tudo, inclusive de seu discurso.

“(…) a liberdade de imprensa é uma bandeira freqüentemente levantada pelos donos de jornal, que estruturalmente não diferem da classe dos que têm o poder político: o que eles pleiteiam é a eliminação do monopólio da censura do Estado (...). Liberdade de imprensa não significa liberdade para informar o que é necessário à sociedade, mas sim a liberdade para que a censura dependa somente desses donos de jornal” (MARCONDES Filho, 1987, 103).

³⁹ Sobre o *O Estado de S. Paulo* no golpe de 1964 é interessante observar a entrevista que Ruy de Mesquita, diretor da empresa *O Estado de S. Paulo* concedeu a José Álvaro Moisés, in *Revista Lua Nova*, vol. 1, n° 2, 1984, p. 26.

Desta forma, conceitos como liberdade e democracia se perdem com as práticas autoritárias dos jornais que noticiam aquilo que lhes interessa e da forma que lhes interessa, sem levar em consideração o público.

“(…) é muito mais útil que a sociedade tenha um jornal que é sensível às mudanças que ocorrem a cada dia, muito mais útil que os leitores tenham um jornal que se modifica à medida que a disposição deles, leitores, vai se modificando, do que ter um jornal fossilizado (...). eu acho que jornal não é partido político, jornal não é grupo teórico, não é escola ideológica. Eu acho que jornal tem que ser movido pela conjuntura mesmo. E a *Folha* faz isso. O nosso compromisso é com os nossos leitores⁴⁰.”

O *Estado de S. Paulo* também poderia argumentar que sua preocupação era com o leitor, com o “seu leitor”. Mas para isso, devemos entender quais leitores acreditavam, de fato, que o golpe militar era a melhor saída para a crise. O jornal acreditava – e estampava isso em suas páginas – que o movimento militar salvou o país da ditadura⁴¹.

O apoio do *Estadão* ao governo militar também diminuiu com o passar do tempo. O projeto liberal do jornal não logrou, mais uma vez, êxito. A exemplo de 1937, o jornal apoiou a implantação de uma ditadura contra o “fantasma do comunismo” e, logo depois, passou para a oposição. Júlio de Mesquita concordava com o estabelecimento de um regime de exceção como um mal necessário, no entanto, não esperava que esse regime durasse tanto tempo.

Apesar dessa articulação golpista dos jornais, devemos levar em consideração que a população não estava completamente convencida, em 1964, da necessidade de um golpe militar.

A pesquisa do IBOPE analisada demonstrava isso. Na média das cidades pesquisadas, o presidente Goulart contava com um grande apoio: O PTB, partido de Goulart, contava com o maior número de simpatizantes; o apoio médio à reforma agrária chegava a quase 70%; a maioria também considerava muito importante distribuir a terra aos camponeses. Mais de 60% apoiaram as medidas apresentadas no comício do dia 13/03/64. Quase 50% votariam em Goulart para a presidência da República, caso isso fosse possível.

Observando esses números algumas questões se colocam:

⁴⁰ Entrevista de Otávio Frias Filho, atual diretor da *Folha de S. Paulo*, in *Revista Lua Nova*, volume 1, nº 2, jul/set., 1984, 35.

⁴¹ As manchetes e títulos de matérias após o golpe atestam isso: “Empolgou São Paulo a vitória das armas libertadoras”, “Indescritível entusiasmo galvanizou a população paulistana”, “Júbilo no Rio e na capital de Minas com a vitória do movimento pela legalidade” (02/04/64). “Vitorioso o movimento democrático” (manchete), “Democratas dominam toda a Nação” (03/04/64)

Será que toda essa ação editorial da imprensa – em especial dos dois jornais analisados – não surtiu o efeito desejado? Ou seja, não conseguiu criar uma opinião pública contra Goulart.

Ou, talvez, a ação tenha obtido êxito parcial, reduzindo o apoio popular ao governo Goulart, que seria, portanto, ainda maior.

Os números do IBOPE mostram que, em geral, a receptividade ao presidente e aos seus atos era menor em São Paulo. No entanto, é difícil definir se isso ocorreu em função da ação dos jornais ou se os jornais apenas representavam a opinião pública dos paulistanos.

Quaisquer que sejam as respostas a essas indagações – que merecem um estudo mais aprofundado – fica patente que o golpe militar não contou, como sustentam vários autores, com um amplo apoio popular.

De qualquer forma, é inegável que houve um árduo trabalho por parte dos jornais. As matérias, manchetes e, principalmente, editoriais analisados mostram claramente a tentativa de desestabilizar o governo Goulart.

Com o processo de redemocratização muitos veículos de comunicação e seus integrantes - que apoiaram o golpe - apresentaram-se como defensores da democracia.

“Toda a grande imprensa do Brasil saudou a derrubada do governo João Goulart como necessidade inarredável para a sociedade brasileira. Aqueles que quiserem conferir a veracidade dessa afirmação, basta que consultem os editoriais, artigos e noticiário dos dias que se seguiram à queda do governo Goulart”⁴²

De fato, isso pode ser facilmente verificado, praticamente nenhum jornal da grande imprensa – talvez a única exceção tenha sido o *Última Hora* – questionou a ação militar.

A imprensa paulistana –em especial *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* - apresentando-se como porta-voz da opinião pública, saudou a instalação de um governo autoritário e ilegítimo como se fosse democrático e legal.

Bibliografia:

AUGRAS, Monique – *Opinião pública; teoria e pesquisa*. 2º ed., Petrópolis, Vozes, 1974.

⁴² *Folha de S. Paulo*, 31/03/2004, p. A3. Artigo “O 31 de março de 1964”, assinado por Carlos de Meira Mattos, general reformado do Exército. Nessa entrevista, o general segue afirmando que muitos dos jornais e jornalistas que se referem ao movimento como “golpe de 64” saudaram-no, em 1964, como a “revolução democrática”.

- BASBAUM, Leôncio – *História Sincera da República (1961 a 1967)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, 216 pp.
- BENEVIDES, Maria V. M. – *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1981, 87 pp.
- BORIN, Jair – *A notícia e suas versões, no espaço e no tempo dos grupos de pressão* (de rabo preso com a classe dominante). São Paulo, tese de Doutorado, ECA/USP, 1987, 246 pp.
- CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Ligia – *O Bravo Matutino*. Imprensa e ideologia: o jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena – *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo, ed. Contexto, 1988, 78 pp.
- _____- *Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____- “Imprensa, uma mercadoria política” in revista *História e Perspectivas*. N° 4, jan./jun., 1991, pp 131-9, 160 p.p.
- DECCA, Edgar de - *O Silêncio dos Vencidos*. 4° ed.. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DIAS, Luiz Antonio - *O Poder da Imprensa e a Imprensa do Poder: a Folha de S. Paulo e o golpe de 1964*. Assis/SP, 1993. Dissertação de Mestrado, FCL/UNESP.
- DREIFUSS, René Armand – *1964: A Conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, 816 pp.
- FIGUEIREDO F., Celso Ramos – *A Escola Superior de Guerra e o jornal O Estado de S. Paulo na passagem do regime democrático para o regime militar*. Afinidades e discordâncias (1963-1965). São Paulo: 2001, Dissertação de Mestrado, FFLCH – USP.
- GASPARI, Elio – *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- GOLDENSTEIN, Gisela T. – *Folhas ao vento: Contribuição ao estudo da Indústria Cultural*. São Paulo: Tese de doutorado, Filosofia/USP, 1986, 303 pp.
- GOLDENSTEIN, Gisela T. - *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987, 174 pp.
- GORENDER, Jacob – *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Ática, 1987, 255 pp.
- LABAKI, Almir – *1961 a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo, Brasiliense, 1986, 174 pp.
- MORAES, Denis de - *A esquerda e o golpe de 1965*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, 379 pp.
- MORAGAS Spa, Miguel de – *Teorias de la comunicación*. Barcelona, Gustavo Gili, 1981, 614 pp.

MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena – *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo, IMPRES, 1981, 416 pp.

SKIDMORE, T. *Brasil de Getúlio a Castello Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro, ed. Saga, 1969, 512 pp.

TOLEDO, Caio Navarro de – *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo, Brasiliense, 1982, 123 pp.

WEFFORT, F. – *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 181 pp.

_____ - “Jornais são partidos?” in *Revista Lua Nova*. Volume 1, n° 2 , jul./set., 1984.